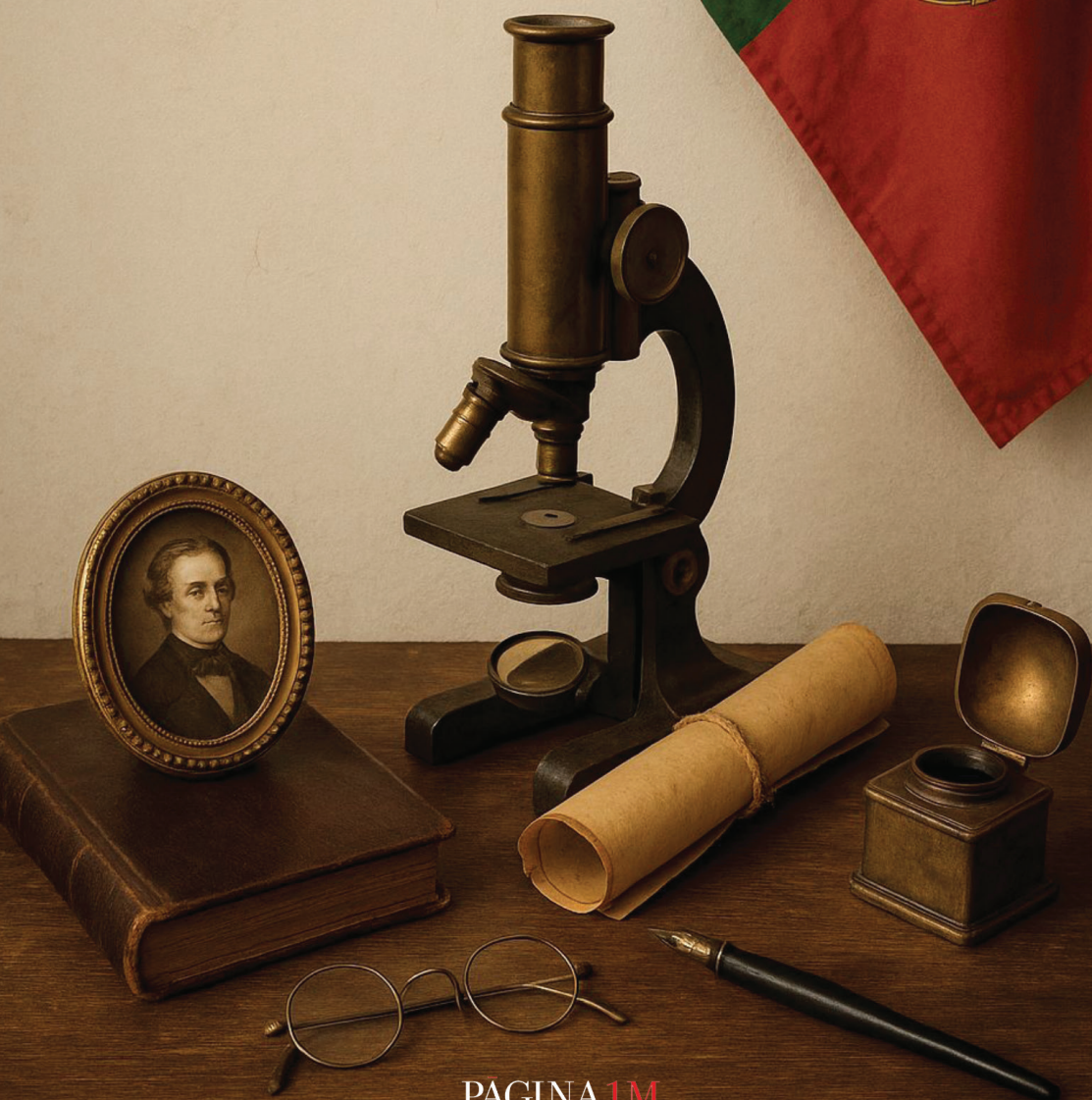


PEDRO ALMEIDA VIEIRA

CORREIO MERCANTIL DE BRÁS CUBAS



Índice

Prólogo a papel passado, ou a inconveniência tipográfica da minha ressurreição literária	5
Miguel Arruda, um romântico na “arte de furtar” em tapete . . .	9
O sacrossanto direito de ofender Joana Marques	15
A democracia, ou as “duas tábuas” de triviais mandamentos. . .	22

PRÓLOGO A PAPEL PASSADO, OU A INCONVENIÊNCIA TIPOGRÁFICA DA MINHA RESSURREIÇÃO LITERÁRIA

ESTIMADAS LEITORAS e veneráveis leitores — sois vós agora, por artimanha editorial, os destinatários de um volume que, em bom rigor e decência metafísica, jamais deveria ter existido. Refiro-me, é claro, a este opúsculo desmesurado, baptizado *Correio Mercantil de Brás Cubas*, em cujas páginas se alojam, com impunidade tipográfica, as minhas mais recentes epístolas ao mundo dos vivos.

Antes de mais, assinale-se o óbvio: um defunto não escreve livros. Pode, quando muito, soprar crónicas ao ouvido de escribas cansados, insinuar sarcasmos ao teclado de jornalistas descontentes ou, com a audácia dos espectros persistentes, lançar ironias em formato digital, tão voláteis como ectoplasma em dia de vento. Com a sua natureza evanescente, o meio electrónico condiz com a condição ectoplasmática de quem, como eu, já não tem carne, mas conserva os nervos do espírito. Agora, transladar tal obra para o papel — esse nobre e vetusto suporte que se esfarrapa, se dobra, se encaderna e, pior ainda, se arquiva — é exercício de teimosia editorial, quase necromancia gráfica. Mas que hei-de eu fazer? Até os mortos têm editores.

Confesso, pois, a minha estupefacção inicial. Um livro? Meu? Novamente? Depois de quase um século e meio de retiro no ossário da Literatura? Que insulto à compostura tumular! O papel, ao contrário do éter digital, compromete, fixa, torna oficial — e, para mal dos meus pecados, cria leitores com marca-páginas. Eis a tragédia: tornar-me autor reincidente sem sequer ter tido tempo para renegociar os direitos de autor com São Pedro.

Dir-me-eis: “E as crónicas, Brás Cubas, essas que compusestes para o PÁGINA UM com desdém filosófico e fel risonho, que destino julgáveis que teriam?” Ó ingénuos! Julgava-as como folhas ao vento, para distrair os espíritos e afligir os vivos. Eram, à nascença, textos para correr mundo com leveza, não para serem impressos com ISBN. Escrevi-as como quem lança garrafas ao mar da internet, não como quem ergue catedrais de sarcasmo. Eis, portanto, a minha justificação: nunca foi minha intenção compor uma obra; apenas uma perturbação intermitente do vosso bom senso.

Mas já que me imprimem — e com capa, lombada e prólogo, veja-se! —, cumpre-me esclarecer o propósito deste volume. Não é um romance, ainda que contenha personagens mais absurdas do que os de Balzac; não é um ensaio, embora se veja nele mais pensamento do que em muitos tratados universitários; tampouco é um panfleto, mesmo que esmurre com elegância vários dogmas do vosso tempo. Trata-se, tão-só, de um modesto inventário da loucura contemporânea, registado por um defunto com bom ouvido, má-língua e infinito tempo para observar as vossas insanidades.

Em cada crónica aqui reunida — sim, crónicas, pois não se lhes pode chamar sermões, nem sentenças, nem editoriais — encontrarão uma tentativa de compreender a grotesca metamorfose do vosso século, essa era em que os reis se fazem bobos para ganharem votos, os moralistas se vendem a fundações, os artistas facturam em nome do sublime e os jornalistas já não investigam, mas reverenciam. O meu olhar não é neutro, porque os mortos não são imparciais: não tendo mais a perder, só nos resta a liberdade de rir.

De António Costa a Cristina Ferreira, do Santo Padre às jerri-canocracias lusas, da estética subsidiada à electricidade perdida, e com uma embirração especial para com os jornalistas e o Almirante Gouveia e Melo, percorro — com a ajuda do meu indispensável piparote — as misérias, as farsas, os eufemismos e os escândalos ocultos de uma Pátria que parece hoje menos uma Nação e mais uma anedota com impostos e taxas. As minhas crónicas são, portanto, actas da vossa decadência, redigidas por um escrivão sem corpo, mas com memória.

E se há mérito nesta publicação, não me pertence inteiramente. Há, de facto, um vivo que se prestou ao vexame de me servir de médium e de amanuense, um tal Pedro Almeida Vieira — literato outrora conhecido, depois silente, agora ressurgido, como eu, mas ainda de carne e muitos ossos, muito cabelo e já alguma gordura — que, por nostalgia ou insanidade, vem prestar-me corpo tipográfico. É ele quem assina por mim na contabilidade dos livreiros, embora se saiba que, neste acordo, a alma sou eu. Em boa verdade, é o seu regresso à literatura; no meu caso, é apenas uma recaída.

E assim vos deixo, leitoras de sensibilidade e leitores de coragem, com este compêndio de mordacidade. Não é obra de amor, mas de lucidez; não consola, mas esclarece; não perdoa, mas diverte. Se rirdes, cumpri o meu intento. Se vos ofenderdes, melhor ainda.

Brás Cubas

MIGUEL ARRUDA, UM ROMÂNTICO NA “ARTE DE FURTAR” EM TAPETE

QUE IMPORTA a posição, cargo ou função de um homem, em corpo presente, no seu efêmero palco social, se, no fundo, ele almeja elevar-se pelo espírito, esse eterno arquitecto que ciranda entre ambições e contradições?

Permitam-me, dilectas leitoras e magníficos leitores, deter-me um instante nesta digressão sobre as vicissitudes humanas, escrevendo com as mãos sujas de tinta e a mente embebida na ironia dos tempos hodiernos, e sendo ainda guiado pelas lições imperecíveis de um velho compêndio de espertezas patrióticas: *A Arte de Furtar* — dizem alguns, redigido pelo Padre António Vieira.

Que outro breviário, além de *O Príncipe*, de Maquiavel, ousou mapear com tamanha precisão as artimanhas do engenho humano para torcicolar e espiralar as regras por ele mesmo criadas? Enfim, seja de quem for, seria curioso que alguém roubasse a autoria deste lusitano tratado literário — fiel espelho das mazelas humanas —, cuja moldura se assemelha à das verdades incômodas: reluzente, mas também cortante.

As verdades incômodas têm, assim sei, três características inconfundíveis: são teimosamente persistentes, azucrinando até o mais subtil movimento; revestem-se de uma universalidade desarmante, atingindo tanto o rico como o pobre, tanto o poderoso como o insignificante, desencobrando na crueza a condição humana; e possuem o irritante dom de trespassar as máscaras sociais, expondo as fragilidades do ego.

Assim, tal como na *Arte de Furtar*, onde se denunciavam os furtos mais sublimes e menos punidos, as verdades incómodas desafiam, desassossegam e, inevitavelmente, iluminam. Reluzentes, sim, sem dúvida. E também sempre cortantes.

E digo mais: é na mágica transição entre a teoria e a prática que o palco da moralidade concede espaço à conveniência e a trama se pode adensar. Que o diga esse ilustre deputado de nome Miguel Arruda, nascido sob os auspícios das ilhotas dos Açores, esse arquipélago perdido no Atlântico, que nem o Trump sabe onde fica — de contrário, ficaria com ele. Será ele — o Arruda, e talvez também o Trump, certamente — um epígono dessa arte secular da ladroagem. Assim me parece, até porque a *Arte de Furtar*, tal como o vinho envelhecido, se refina, mostrando-se agora simultaneamente clássica e moderna. Arruda, ao furtar malas no tapete rolante do aeroporto de Lisboa, não apenas rompe um secular contrato social — ele reconfigura a harmonia da convivência, que vos faz partilhar espaços, em seu próprio benefício.

Em tempos idos, o grande peripatético Aristóteles advogava que a justiça era a virtude que preservava a harmonia da *polis*. Hoje, o pequeno pateta Arruda parece ter reinterpretado a máxima, mas transformando a ética numa mala de viagem — ora farta de intenções duvidosas, ora vazia de responsabilidade. Uma cena digna! Arruda como um génio de uma logística invertida: uma mala grande, como *matrioska* lusitana, engolindo as menores, num acto simbólico de ascensão política.

Mas não nos detenhamos apenas no superficial, nesta espuma do dia, da aurora, da alvorada, da manhã, do meio-dia, da tarde, do entardecer, do crepúsculo vespertino, do lusco-fusco, do anoitecer, da primeira noite, da meia-noite, da finda-noite, da madrugada e da penumbra matutina. A história das venturas e desventuras do Arruda é, na verdade, um microcosmo da condição humana. Hobbes falava do homem como sendo um lobo para o outro homem, e que melhor lugar para provar esta tese do que num aeroporto esse hobbesiano estado de natureza primordial?

Miguel Arruda encarnou, nesta estória, a figura do Leviatã: não como um soberano a proteger os fracos, mas sim um predador que

captura aquilo que melhor lhe convém. Não obstante, encontro poesia na sua métrica. A escolha das malas furtadas — recheadas de perfumes, jóias e relógios — reflecte uma *filia*, quase uma para-filia, pelos prazeres efémeros da vida. Nisto, Miguel Arruda não é diferente de um outro Miguel, o Cervantes, que vestiu D. Quixote com as loucuras do homem comum. Aquilo que o fidalgo da Mancha buscava na sua Dulcineia, fora de si — beleza e nobreza —, Arruda encontrou no seu arsenal de bagagens.

Digno de nota, neste dignificante apólogo da trapaça amoral, é, de igual modo, o comportamento do líder regional do Chega, que não hesitou em desculpar o seu correligionário. Acho bem. Aqui, evoco Maquiavel, que advertia: “Os fins justificam os meios.” A confissão do deputado é relativizada, não com base na ausência de provas, mas na insistência de que um certo acto, mesmo se filmado, pode não corresponder à “verdade oficial”.

Se os antigos apóstolos de Cristo distribuíam peixes, os discípulos de Ventura distribuem desculpas. A justificação proferida pelo líder regional do Chega é, aliás, uma oratória de duplo efeito: suaviza a queda de Arruda, enquanto preserva a aura do partido. Numa crónica de juízos morais, caberia a pergunta: quem absolve o absolvedor? Mas os tempos modernos dispensam, e até execram, uma tal reflexão.

Adiante. Em *O Mito da Caverna*, Platão propôs que a realidade percebida não passa de sombras projectadas na parede. Mas se hoje o filho de Aristão de Atenas fosse vivo e visse o afanosíssimo cavaleiro Arruda no aeroporto de Lisboa, certamente revisaria o mito: a realidade representar-se-ia num tapete rolante e as sombras, essas, seriam as malas engolidas nas trevas de um malão no aconchego de um sanitário. E assim, o grande filósofo admitiria que, mesmo na República ideal, haveria sempre lugar para um ou outro Arruda.

Aliás, permitam-me, já agora, arrojarmos-me às artes da especulação, ou da criatividade, porque, às tantas e sem querer, ainda chegarei ao âmago deste homem do Chega, às suas viscerais intenções. Imaginem que as malas furtadas possuíam memórias, como aqueles objectos falados por Walter Benjamin, que acreditava em

auras escondidas em coisas. Cada mala teria então a sua história para contar ao malífero Arruda, uma espécie de biografia discreta, que transporta não só bens, mas também o eco de vidas, de todas as vidas que as tocaram.

Por exemplo, uma das *valises* poderia ter carregado dor e sonho, Inferno e Éden de uma jovem no regresso de um *Erasmus* em Paris, onde se apaixonara pela arte renascentista e por um pintor que lhe prometera eternidade traçada em tela. Outra, talvez tivesse pertencido a uma família que, de regresso da ilha do Pico, com transbordo em São Miguel, trouxesse na bagagem não apenas uma miniatura de barcos baleeiros ou pedra-pomes, mas também a fragilidade dos seus últimos dias juntos antes de a vida os separar em rotinas e geografias.

E poderia ainda haver aquela mala robusta, cheia de fechos metálicos e um leve cheiro a especiarias, que, sabe Deus!, veio de Xangai com um comerciante fatigado. Nela, inventemos, estariam mais do que amostras de chá e seda; o bagagílico Arruda sentiria todo o peso físico e simbólico do pungente arrependimento do despojado pelas cartas que jamais enviara a quem nunca mais vira desde que partira.

Enfim, mas sejamos condescendentes: o *valisófilo* Arruda, ao furtar estas malas, jamais quis sacar apenas objectos tangíveis, mesmo que os disponibilizasse na Vinted. Ele desejaria, ardentemente, desnudar para si o teatro íntimo de vidas alheias, onde cada peça de roupa, cada relógio, cada perfume, ou até mesmo um velho par de sapatos desirmanados, uma colher de prata desviada de um hotel de luxo, um urso de peluche com um olho remendado, um vibrador ou uma carta de amor seriam fragmentos de existências, prováveis ou improváveis — nem sei.

Numa só mala, ele sempre almejou encontrar um globo de neve partido, um álbum de fotografias do casamento de desconhecidos ou mesmo um manual de instruções de um pequeno electrodoméstico que já nem existe. Noutra, talvez aspirasse desencantar uma lamparina ainda embalada, um quadro a óleo de gosto duvidoso ou um capacete de mergulho imaculado. E que dizer, talvez, de um par de grilos vivos numa caixa furada, levados como amuletos, ou de

um chapéu de penas que já vira melhores dias, mas que carregaria memórias de festas esquecidas...

Cada mala, para Arruda, é um mostruário de vidas alheias, paralelas, onde o absurdo se mistura com o mundano, acumulando histórias que este nosso *maltrista* Miguel jamais vos conseguirá explicar, mas que, de forma irônica, talvez espelhem a sua própria busca por um sentido.

Miguel Arruda, estou a convencer-me, personifica, afinal, o romântico em estado puro: um viajante errante pelos olhos e malas dos outros. A oportunidade de viajar dos Açores para o continente não o fez ladrão — fê-lo explorador da Humanidade compactada em malas. Agora deputado, depois eurodeputado. E aí furtará vidas e cidades. Hoje... sair-lhe-á uma que traz o cheiro da madeira de Istambul, transportando um exemplar gasto de Orhan Pamuk. Amanhã... há-de encontrar, talvez, uma mala das Índias exalando perfume de sândalo e mel, onde repousará um pergaminho enrolado com o mapa de um tesouro das Arábias desenhado por uma criança que lhe revelará aventuras por mares infinitos. Depois de amanhã... erguerá uma mala de couro gasto das Pampas, tão pesada de memórias que, ao abri-la, libertará um enxame de notas musicais saídas de um violoncelo. Para a outra semana... tropeçará numa mala comprada num bazar de Fez que, destrancada, revelará uma biblioteca portátil de micro-livros ilegíveis, escritos em língua extinta, mas que lhe ressoará na alma, porque ele é um sonhador.

E para todo o sempre... Arruda, *malófilo*, assim vagueará pelos mundos como caçador errático com o intangível fito de encher um museu de esperanças, memórias e absurdos, mas que nunca parará porque busca o objecto impossível: uma mala vazia, que, ao ser aberta, não contenha nada além do eco da sua própria solidão. Entretanto, ele aprenderá com cada pedaço de amores perdidos, com cada migalha de sonho adiado, com cada sopro de saudade contida. O resto não interessa.

No fundo, no furto dessas malas, Miguel Arruda esquadrinhou por algo que faltava na sua própria história. Porque cada mala, na sua essência, é um relicário de Humanidade, um microcosmo

de desejos, um caleidoscópio de frustrações e um palimpsesto de memórias. Nesses gestos aparentemente ilícitos, nada mais houve do que um curador involuntário de vidas, de todas as vidas que ele nunca viveu. Miguel Arruda não é um reles ladrão; é um arqueólogo do efêmero, escavando nas malas alheias os estilhaços da própria incompletude.

Adeus, e um piparote.

Brás Cubas

O SACROSSANTO DIREITO DE OFENDER

JOANA MARQUES

HÁ QUEM diga — com o ar compenetrado de quem costuma pensar pouco — que a morte é o único nivelador universal. Tolice. Também o ridículo nivela, e fá-lo de modo mais cruel, pois apanha os vivos desprotegidos, mesmo se de calças. A morte pode ser serena, gloriosa, até poética. O ridículo, nunca — ele humilha; ele abate; ele rebaixa, desde o barão até ao sapateiro, desde o magistrado até ao moleque, desde o rei até ao súbdito; desde o nepalês até ao André Ventura. E tudo isso sem recurso a decreto régio, nem a lei parlamentar, nem a missa de corpo presente.

Vede, nos meus tempos, o caso do conselheiro Alvarenga, homem de letras, sócio correspondente da Sociedade Patriótica Lusitana e amigo íntimo do padre Lopes da Fonseca. Foi apanhado, numa recepção do Marquês de Maricá, a extrair uma secreção nasal com o dedo indicador e a disfarçá-la, com gesto dissimulado, sob a toalha de damasco da mesa dos doces. Ora, um criado viu, riu, e o riso do criado propagou-se como cólera pelas criadas, pelos fâmulos e, por fim, pelos cavalheiros — e nunca mais o conselheiro foi levado a sério, mesmo quando recitava Cícero com lágrimas nos olhos.

Ou então o caso ainda do capitão Saldanha de Meneses, homem dado ao sabre e às musas, que escorregou no salão do Real Clube Fluminense ao tentar dançar um minuete com D. Emerenciana de Vasconcelos. Não só caiu, como arrastou consigo o estojo do violoncelo, a flâmula imperial e o criado de libré que carregava o ponche. A sua espada, nessa ocasião, enfiou-se de viés na almofada

de uma senhora viúva, o que levou muitos a julgar que fosse uma metáfora obscena. Foi preciso uma semana de recolhimento e um artigo laudatório no *Correio Mercantil* para restauração da honra — e nem toda foi.

Mas o ridículo, como já disse, não respeita hierarquias. Também o pobre é seu alvo, e com igual pontaria. O senhor Inácio, pasteleiro da Rua dos Ourives, homem de feições melancólicas e chapéu gasto, foi surpreendido pela própria filha, em plena madrugada, a ensaiar um discurso em frente do espelho em que se proclamava herdeiro legítimo de uma fortuna escondida por um bisavô aventureiro na Guiné. Tinha por testemunhas três gatos, um lampião e a criada de quarto que ouvira tudo e contou à freguesia no dia seguinte. Durante semanas, ao comprar açúcar, os clientes perguntavam-lhe se queria que lhe pagassem em pó ou em barras de ouro.

E não esqueçamos — embora me cause rubor até na Eternidade — o episódio que me coube, quando ainda tinha carnes e calças. Estava eu, moço estudante, a deambular pelas arcadas do Colégio das Artes, em Coimbra, quando fui interpelado por um velho conhecido: o Pinto Ramires, que nunca soubera guardar segredo nem vinho. Vinha ébrio, suado e risonho, e em plena Rua Direita, entre uma modista e um estalajadeiro, bradou: “Brás, lembras-te da noite em que recitaste versos a D. Genuína com as calças trocadas, as tuas por um fraque de barbeiro?” O povo riu. Eu corri. O Ramires, que depois se tornou alferes, continuou, dizendo que, na confusão, eu teria oferecido um anel à criada pensando ser a patroa — e ainda a beijei com tanto ardor que fiquei prometido.

Em suma, minha resguardadas donzelas e recatados cavalheiros, o ridículo é mais versado que o Diabo e mais democrático que a vossa Revolução dos Cravos. Apanha o incauto sem luvas, sem discurso, sem rede. E quando atinge, não resta senão baixar a cabeça ou rir de nós próprios — o que, convenhamos, é o único antídoto possível para a desgraça do ridículo.

Ora, eu — falecido, mas não vencido — escrevo imune já ao ridículo, com a distância crítica de quem já não deve nada ao mundo dos vivos, mas ainda se diverte com a patetice dos que nele

persistem. E se há coisa que o século XXI me tem oferecido, à distância confortavelmente metafísica da Eternidade, é um novo tipo de criatura: o humorista ridículo que se ofende com a ofensa dos outros e que se escandaliza quando o sarcasmo, como bumerangue, quase lhe acerta na moleirinha.

Disserto, na verdade, sobre um assunto que me chegou: um julgamento em Lisboa, no qual uma certa Joana Marques, humorista de profissão (ou de distração pública, o que vai dando no mesmo), se sentou no banco dos réus por meter ao ridículo um dueto de músicos desafinados por natureza, mas cuja actuação se agravou por problemas técnicos e um palco montado sobre o barro da vaidade.

Até aqui tudo se inscreve nos anais do trivial moderno — onde o escárnio se distribui como folhetim de esquina e a troça serve de moeda corrente —, mas fiquei deliciosamente perplexo, quicá maravilhado com uma nota de assombro grego, com a sua defesa posta como máxima: “Humor que não ofende não existe. Prefiro viver num mundo em que exista humor e eu me ofenda muito, é mais saudável.”

Com tal divisa, Joana apresentou-se à sociedade como uma mártir do sarcasmo, uma Joana d’Arc das matinas, embora empunhando o microfone em vez da espada e montada não num corcel, mas numa indignação selectiva com amplificação *wi-fi*.

Aceito, pois, o repto, e parto para a ofensiva. Afinal, quem se oferece como sacrifício em nome do riso, não pode queixar-se do altar.

Vamos a isto.

Joana Marques, de estatura modesta e volume afirmativo, não seria matéria de nota se não passasse a vida a comentar os corpos, as vozes, os modos, os gestos, os tiques e os trajes. Ainda mais tratando-se de uma pessoa que mistura o estilo de professora de Educação Visual e Tecnológica dos anos noventa com a de uma estilista de sarcasmo reciclado, compondo uma estética entre o intencionalmente descuidado e o acidentalmente desastroso. Porém, tudo isso, por si, seria apenas cor local, se não viesse empacotado com o zelo missionário da comédia.

Assisti a alguns dos seus programas de sarcasmo. A sua voz — essa tragédia auditiva de frequência naso-vibrante — não anuncia revoluções, mas microfônias. Lembra um alarme em fim de vida ou um grilo asmático em protesto. E, no entanto, com ela se afirmam dogmas: que o humor pode tudo, que o riso justifica tudo, que a ironia é sacramento.

Muito bem. Eu sigo o culto. Avancemos para a liturgia.

Eu, que zombei da própria morte e fiz do epitáfio uma gargalhada, nunca me impressionei com quem se anuncia herdeiro da troça e herda, apenas, a fina arte de se oferecer, de livre vontade, ao altar da ridicularia. E vos digo, por isso: há, nos tempos modernos, uma nova espécie de bobo — e Joana Marques é uma sacerdotisa, o bobo de contrato, com salário fixo, *podcast* afinado e coluna humorística em horário de expediente. Por regra, a sua coragem e ousadia medem-se pela conveniência do patrão.

Hoje, em Portugal, noto que reina um estranho pudor selectivo no humor dito livre. Veja-se como certas piadas se evaporam misteriosamente quando poderiam tocar no altar dos financiadores — como se a sátira, em vez de vara de castigo, se tornasse hissope cerimonial. Por exemplo, no caso da Joana Marques, confesso que esperei — com o entusiasmo piedoso de um sacristão a anunciar as matinas — pelo seu sarcasmo após a *selfie* do senhor D. Américo Aguiar, cardeal de Setúbal, ladeado por dois comparsas no Vaticano, sorridentes, com o ar de quem ignorava que Sua Santidade mal acabara de entregar o espírito.

Mas não mereceu sátira. Faltou espaço? Ou seria apenas... imprudente?

Da Renascença, por onde ecoam as graças radiodifundidas da nossa protagonista, não se escarnece da mão que benze o cheque. A reverência mediática, como a hóstia, dissolve-se em silêncio de boca cerrada e língua recolhida.

Tampouco brinca ela — e penso que menos por pudor e mais por conveniência — com os espectáculos devocionais das missas, onde as vozes fervorosas dos fiéis — algumas já deformadas por décadas de zelo e nicotina — se elevam em aleluias dissonantes, ora em falsete de cana rachada, ora em graves de fundura cavernosa,

como se o próprio Senhor estivesse a ser invocado por uma junta de bois constipados. Os coros — não os dos Anjos, mas os paroquiais — gemem amiúde como dobradiças de sacristia mofenta, e os órgãos electrónicos, mancebos ilegítimos de Bach, esganiçam-se em hinos que fariam tremer qualquer santo que tivesse ouvido. E sobre isto nem uma piada. Nada.

Ademais, nenhuma sátira sobre a anciã de véu bordado que entoia o “Magnificat” como quem despeja água fervente sobre um gato. Nenhuma palavra sobre o diácono que canta como se tivesse engolido um ramal de tubos de cobre. Nem um gracejo piedoso sobre o padre que tropeça nos tons como quem rasga as páginas do missal.

Ah, e zombar do padre glutão — que, entre duas confissões e três rabanadas, declara guerra ao pecado da gula —, isso ainda seria mais arriscado, uma heresia. Ou mesmo motivo para excomunhão, além de despedimento por justa causa — ou, para se entender em Roma: *dimissio ex iusta causa*. E que dizer do senhor bispo que, cercado de coches e reverências, exorta à humildade evangélica enquanto viaja em viatura de alta cilindrada com motorista e ar condicionado celeste? Ora, nada! Nem uma risadinha. A sátira, quando se aproxima dos domínios do incenso eclesiástico, retrai-se como freira em cabaré.

Resta-nos, pois, o humor obediente da Joana Marques: aquele que brinca com o que já está caído, que fustiga o *influencer* sem comenda, o artista sem verbas, o *outsider* sem público, mas que se ajoelha perante os púlpitos dourados da fé subsidiada. Fazer rir, em Portugal, ainda é permitido — mas só se for para o lado certo do altar. Uma pedra de ara ainda impõe respeito. E os comediantes da Corte, como Joana Marques, gozam comedidamente, entre genuflexões, microfones e subsídios, como quem beija a mão e cospe para o chão — mas só quando ninguém vê.

Mas o silêncio de Joana Marques torna-se mesmo teológico quando se trata do eterno pequeno-grande dogma: o da mulher como criatura de segunda fornada para a Igreja Católica, moldada da costela alheia e condenada a eternidade de subalternidade. A piada fácil sobre Eva querer a maçã por gula, ou sobre

Maria Madalena lavar pés masculinos com os cabelos como modelo de virtude feminina, nunca me apareceu nos *podcasts* desta criatura de estatura sumida e volume afirmativo, que se desloca como quem desafia as leis da Física e da Estética, deixando atrás de si um rasto de doces e opinião rotunda — se o culto e a liturgia é para ofender, Joana Marques *dixit*, ofenda-se.

Nunca ela gracejou — mesmo que em tom levemente agnóstico — com o facto de, dois milénios volvidos, a Igreja ainda ver a mulher como ente liturgicamente decorativo: permitida no coro, admitida na arrumação de cadeiras, mas nunca no altar. Nada de sátira ao facto de, para o Vaticano, uma mulher poder ser santa, mártir, vidente ou dona de casa, mas jamais cardeal — a não ser, claro, por milagre de mudança cromossómica. Nunca se troçou da linguagem pastoral em que a mulher é sempre “esposa”, “mãe”, “serva”, “rosácea espiritual” ou, no máximo, “ornamento da Criação”.

E se algum dia uma bispa surgir numa homilia, será certamente num *sketch* apócrifo. Porque enquanto se zomba dos desfiles da moda, ninguém se atreve a rir dos desfiles litúrgicos em que o incenso vale mais do que qualquer voz feminina.

O humor dito livre, defendido pela Joana Marques, afinal, sabe muito bem até onde pode ir. E ainda assim — ou talvez por isso mesmo — há quem clame que o humor deve sempre ser sacrossantemente livre. E é. Livre para ser inofensivo. Livre para rir dos que não têm púlpito, mas calar diante dos que têm sacrário. Livre para incomodar os que não respondem nem com microfone nem com orçamento. Livre para ser, no fundo, aquilo que dantes chamávamos de “capacho com piada”.

Posto isto, se o humor quer ser livre para ofender, então que aceite também ser alvo. Pois o seu pecado hodierno não é ser mordaz, é ser manso com os fortes e feroz com os fracos. Em suma, o seu pecado é a previsibilidade — é já ser um humor de recreio: faz troça do penteado do pobre, do casaco do gordo e do sotaque da estrangeira. Mas ao director de informação, nem um suspiro. Ao cardeal, nem uma careta. À ministra, nem uma alusão.

E assim se aceita este humor: um humor domesticado como cão de colo episcopal. Um deboche com auréola. Uma irreverência sob vigilância.

E eu, Brás Cubas, que fiz da existência um pretexto para ironizar o mundo, não posso senão levantar o copo — ou a pena — a esta comédia triste que se leva demasiado a sério. Brindo, pois, com sarcasmo gélido e fervorosa ofensa, a todos os que se julgam livres enquanto obedecem. E a ti, Joana, deixo a hóstia da ironia: consome-a com fé. Mas lembra-te: o altar também pode ser patíbulo.

Adeus, e um piparote.

Brás Cubas

A DEMOCRACIA, OU AS “DUAS TÁBUAS” DE TRIVIAIS MANDAMENTOS

SE HÁ uma verdade insofismável na História do Pensamento Universal, é que toda a filosofia, desde Heraclito até Kant, e desde Hegel até Foucault, andou às voltas com o conceito de Poder. Sofismas, paradoxos e exegeses, laboriosamente decantados ao longo das centúrias, serviram ora para sustentar a sua legitimidade vinda dos Céus, ora para justificar a sua necessidade terrena, ora para denunciar os seus abusos despóticos. O Poder foi, de Platão a Maquiavel, o eixo em torno do qual se construíram utopias e se ergueram impérios, se redigiram tratados, se travaram batalhas e se arruinaram potências.

Mas eis que, após tanta especulação metafísica, depois de tantos volumes encadernados em couro a tentar deslindar a natureza do mando e da obediência, emerge, qual novo arquétipo do engenho humano, um espírito singular que resolve, de um só golpe, a questão que atormentou as mentes mais argutas da Humanidade: Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo, nado em terras de Quelimane — e que nadou pelos mares durante décadas em esquifes profundos, apenas para agora se firmar como timoneiro de terra firme, sem mar, sem navios e, ao que parece, sem bússola.

Falo-vos, pois então, do conhecido Almirante dos Sete Egocceanos, que, através de duas singelas páginas do *Expresso* — essa prestigiada gazeta de respeitável antiguidade, onde agora se cultiva o jornalismo com a delicadeza de uma florista a vender cravos murchos ao preço de orquídeas raras —, vos explica, ensina, elucida e, por fim, esclarece, que a arte de governar é, afinal, um mero

e esmerado exercício de equidistância entre tudo e nada, entre a firmeza e a vacuidade, entre a ordem e o flutuante acaso das marés.

Lendo a sua bula iluminada, onde o truísmo se veste de revelação — e onde aquilo que mais se destaca é um “S” garrafal da revista do *Expresso*, com honras de manchete —, eis que o Almirante dos Sete Egoceanos explica, pela primeira vez, o seu entendimento sobre a Constituição e as funções que julga serem da competência do presidente da República.

Eu, por mim, que morto estou, muito me diverte a prosápia de quem, num raro assomo de artificial humildade, julga que o seu entendimento sobre as coisas rivaliza com o de Deus ao esculpir, com fogo e trovões, as Tábuas da Lei para Moisés. Porque sim, o Almirante Gouveia e Melo, sempre avesso a protagonismos, não se limita a interpretar a Constituição — ele desce do Monte Sinai mediático, envolto numa nuvem de luz e autoconvencimento, para vos revelar, a vós, mortais, a palavra definitiva sobre os destinos da República Portuguesa.

E vós, simples viventes, só podeis tremer perante tamanha iluminação, gratos por serdes dignos de assistir ao momento em que um oficial de Marinha, recém-chegado ao território seco das ideias políticas, decide, magnanimamente, explicar-vos como deve funcionar um Estado. Eu, que já não padeço dessas tribulações mundanas, observo tudo com a leveza de quem, desde a Eternidade, já viu profetas mais ambiciosos e charlatães mais convincentes.

Com a leitura das suas duas tábuas de revelação — tantas quantas as páginas que o generoso *Expresso* lhe ofertou —, Gouveia e Melo concede a todos os que nelas pousarem os olhos a oportunidade rara de uma iluminação súbita: a epifania de que a governança assume finalmente o seu formato mais puro, destilado, quintessencial — ou seja, uma enxurrada de *platitudes* embalada na majestosa certeza de que a democracia precisa de democracia; a liberdade, de liberdade; e o equilíbrio, de equilíbrio.

Para quê, então, as tribulações de um John Stuart Mill, os labirintos de um Tocqueville, os sofismas de um Weber? Tudo se resolve com a estonteante simplicidade de uma linguagem naval, sulcando o mar proceloso da incerteza até se avistar o farol da

unidade nacional — e que ninguém ouse contestar o Capitão da Nau!

Ora, mas todo o grande pensador necessita de uma introdução sobre o seu pensamento ideológico. E que prodígio de equilíbrio, que sublime demonstração de ginástica intelectual! Gouveia e Melo, homem de proas firmes e lemes resolutos, não se limita a navegar os mares revoltos da política — ele flutua, lépido e tépido, entre duas margens, sem nunca molhar os pés.

“Sítuo-me politicamente entre o socialismo e a social-democracia”, escreveu ele — ou alguém por ele. Brilhante!

Um posicionamento tão inovador e arriscado quanto afirmar que a água é húmida, que o vento sopra ou que um pão de forma é, de facto, um pão com forma. O Almirante, esse visionário, descobriu o meio-termo entre dois conceitos — que, no fundo, são já uma variação um do outro — com a ousadia de quem anuncia ao mundo que acaba de descobrir um arquipélago... composto por duas ilhas que já existiam no mapa e figuravam há décadas nas brochuras turísticas locais.

E, claro, defende ele, uma “democracia liberal como regime político” — porque nada como reafirmar o óbvio com solenidade de estadista. Eis uma revelação grandiosa: um vivente de 64 anos, que habita na democracia há mais de meio século, que, pasme-se, não defende a autocracia, nem a teocracia, nem sequer um sistema baseado no sorteio dos cargos em rifas de feira. Bravo! Está pronto. Que venha o *Te Deum laudamus*.

Um verdadeiro farol de lucidez, portanto. E mais: um cruzador do pensamento político, um contra-torpedeiro da evidência que, sem arriscar o naufrágio do comprometimento real, segue seguro pelo profundo oceano das generalidades, sem um só vagalhão de dúvida ou sequer uma brisa de originalidade a perturbar-lhe o curso. Ou a derrota. Tivesse sido eu a substituir o seu amanuense, acrescentar-lhe-ia na boca: “Encontro-me politicamente entre o vago e o redundante, defendendo que é preciso liderar com liderança e governar com governo.”

Ao longo da sua epístola de obviedades, como acrobata de conceitos, o Almirante nunca arrisca quedas: equilibra-se sempre na corda mais segura, no discurso mais inatacável, no território onde nada é verdadeiramente dito, mas tudo soa impecável.

Qual Aristóteles de casaca e galões, eis outra sua epifania política vestida de vibrante originalidade: os partidos políticos são fundamentais. Eis aqui um postulado tão revolucionário que não duvido que Platão, se reencarnado fosse, repensasse todo o seu *A República* e, envergonhado, substituísse o governo dos filósofos pelo governo dos partidos — ou, melhor ainda, pelo governo dos não-partidos, aqueles seres incorruptíveis e elevados que o Almirante sugere como alternativa.

A ciência política moderna, segundo esta nova escola de pensamento naval, desenvolve-se ainda com mais inovações paradigmáticas, com autênticos axiomas paradoxais — ou seja, princípios autoevidentes que se contradizem mas que, ditos com solenidade, adquirem o brilho de verdades inatacáveis. Se quiserem um nome mais técnico, chamemo-los de “teoremas de elasticidade política” — aqueles que servem para tudo e para nada, conforme a conveniência do momento.

No primeiro teorema, defende Gouveia e Melo que a democracia deve ser tolerante, mas com mão de ferro contra aqueles que, na sua visão iluminada, ousam abusar dessa tolerância — mesmo que tal implique podar, com o rigor de um cirurgião inquisitorial, liberdades fundamentais como a de informação, de expressão e de contestação. Eis um ensinamento digno de figurar nas academias de filosofia política, talvez sob o título *A Democracia Expurgada dos seus Excessos!*

Coitado do Karl Popper, ingênuo que era: escreveu um longo ensaio sobre o paradoxo da tolerância, e vem agora o Almirante dos Sete Egoceanos esquartejar-lhe a tese com a destreza de um açougueiro doutrinário, destilando-a num raciocínio primário. Para Gouveia e Melo, a verdadeira tolerância, na sua forma mais pura e sublime, reside precisamente em excluir quem diverge, garantindo assim um campo de discussão livre... mas apenas dentro dos limites devidamente autorizados e supervisionados pelo novo Guardião do Pensamento Justo.

E, claro, não faltarão mecanismos de reabilitação para os desafortunados que, por desatenção ou irreverência, ousem extraviar-se dos dogmas da moderação certificada. Prevejo, aliás, que tais

desviantes sejam reintegrados com a ternura de um instrutor de ioga que, ao menor deslize na postura, corrige os alunos com descargas eléctricas — um choque de realidade para que aprendam, enfim, a flexibilidade da obediência aos ditames do Almirante.

Eis, pois, a evolução da democracia liberal em versão almirantesca: tolerância para os toleráveis, censura esclarecida para os desviantes e uma liberdade rigorosamente regulamentada, de sorte que ninguém se extravie no incómodo hábito de pensar pela própria cabeça. O Santo Ofício já tinha intuído algo semelhante, mas agora só faltava vesti-lo de linguagem moderna e embrulhá-lo num discurso sobre a defesa da democracia.

No segundo teorema, o Almirante dos Sete Egoceanos defende que o Estado não deve intervir na Economia, salvo quando for necessário intervir — uma variante do célebre “digo-te que fujas, mas mando que fiques”, um daqueles enunciados de precisão matemática flexível que, ao contrário do rigor newtoniano, não serve para descrever leis universais, mas sim para garantir que o enunciador tem sempre razão, independentemente do contexto.

O livre mercado deve ser livre, mas também deve ser regulado — não muito, nem pouco, mas na medida exacta, aquela que apenas Gouveia e Melo pode determinar com a régua invisível da moderação conveniente. Aqui reside um dogma maleável do intervencionismo selectivo, uma verdadeira doutrina quântica da governação, onde o Estado é simultaneamente presente e ausente, regulador e não-regulador, guiado por uma lógica insondável que apenas os iluminados conseguem interpretar.

Se há um nome para esta teoria, e evocando Adam Smith, chamemos-lhe “A Teoria da Mão Invisível do Almirante” — uma variante sofisticada do liberalismo intervencionista, onde o Estado não deve intervir, a menos que se decida que deve, e só nos momentos certos, que ninguém sabe exactamente quando são. Um prodígio de elasticidade doutrinária, um verdadeiro *laissez-faire* dirigido, onde o mercado navega livremente... até que o timoneiro decida que é tempo de agarrar no leme e ajustar o rumo.

A evolução da política económica, em versão gouveiameliana, consiste num mercado livre, mas sob vigilância; numa Economia

sem regulação, mas controlada; num sistema em que a mão invisível opera, mas com supervisão militar! A arte de governar resume-se, assim, à precisão de um compasso de navegação etéreo, que ninguém sabe onde está — mas que o Almirante assegura possuir.

No terceiro teorema almirantesco, a Presidência da República deve ser independente e equilibrada, mas também deve convocar eleições antecipadas sempre que o presidente considerar que o equilíbrio está desequilibrado. Uma neutralidade interventiva, um poder discreto mas decisivo, uma imparcialidade cirurgicamente orientada. Extraordinário!

Como complemento, Gouveia e Melo defende que o presidente deve pairar acima dos partidos, mas manter um olhar atento sobre as movimentações partidárias; deve evitar imiscuir-se, mas também deve intervir cirurgicamente, garantindo que tudo se mantém como ele deseja. Uma magistratura de influência, mas sem parecer influente; um garante da estabilidade, pronto a desestabilizar quando necessário.

Aqui está, pois, a reinvenção da física política: o movimento simultâneo na inércia, a acção que não age, a neutralidade que puxa cordelinhos. Uma democracia em equilíbrio dinâmico, onde o Chefe de Estado é ao mesmo tempo espectador e maestro, árbitro e jogador, presença e ausência.

Mas isto não parece mais uma democracia-fantoches? Uma encenação política em que o equilíbrio é mantido pela constante ameaça de desequilíbrio e a imparcialidade é apenas um nome mais elegante para o controlo estratégico?

Porém, não pensem que a ciência política do Almirante se limita a reflexões teóricas. Nada disso! Ele é um homem de comando, de orientação decisiva. Prova disso é a sua visão geopolítica totalizante: o perigo já não vem só do Leste, mas agora é de 360 graus — incluindo, assim, também o asteróide 2024, a Grande Mancha Vermelha de Júpiter e eventuais ataques de caranguejos revolucionários do Pacífico, mais virulentos do que os do Índico.

Estais perante uma doutrina de defesa notável: ao contrário da banalidade dos que acreditavam que os inimigos vinham de um lado ou de outro, o Almirante percebeu a Verdade Superior

— o perigo está em todo o lado, é onnipresente e onnipotente, como Deus.

E como responder a esta ameaça global, difusa e perpétua? O Almirante, na sua infinita clarividência estratégica, vos oferta a solução: “É tempo de ir além do óbvio e dos interesses imediatos, sem afunilamentos.” Perante tal fórmula mágica, resta apenas a dúvida cartesiana: como nunca ninguém pensou nisso antes? A Humanidade, perdida em debates estéreis sobre a organização política das sociedades, falhou em compreender que a solução era apenas... não se afunilar!

Concluo, neste momento, que o grande erro de Maquiavel, Rousseau e Montesquieu não foi a ilusão republicana ou a crença ingénua na separação de poderes; foi não perceberem que o verdadeiro inimigo da liberdade não era a tirania, mas sim... o afunilamento ideológico! Em todo o caso, se estais agora permanentemente cercados, sabeis também que estareis permanentemente seguros — desde que tenhais em Belém um Gouveia e Melo a “cuidar, proteger e honrar a democracia”...

Mas atenção: o Almirante já sabe que não agradará, em simultâneo, a gregos e a troianos, a liberais e a estatistas, a terráqueos e a marcíanos. Ele assume, com a segurança de quem nunca se questiona, que o presidente deve representar todos os portugueses sem, no entanto, ser de todos — e ainda bem, segundo a sua tese, pois, de contrário, comprometeria a sua isenção.

Este nobre paradoxo merece um estudo minucioso: a unidade nacional deve ser promovida, desde que o representante da unidade pertença a uma determinada não-facção, garantindo assim que representa todos sem estar, de facto, ligado a ninguém. Como convém a uma magistratura independente, mas estrategicamente interventiva; imparcial, mas atenta às dinâmicas partidárias; elevada, mas com os pés bem assentes nos corredores do seu poder. Já estou confuso...

Enfim, eis o que vos interessa: eleito Gouveia e Melo, tereis um presidente onnipresente na neutralidade, invisível na acção, uma figura que se moverá com a leveza de uma sombra e a firmeza de um decreto — e que, por um milagre da engenharia política,

conseguirá ser simultaneamente árbitro e jogador, ausente mas vigilante, passivo mas decisivo. Um verdadeiro *Yin e Yang* presidencial de soma zero — uma dramática nulidade.

Tereis, pois, em súmula, um novo modelo de liderança presidencial *à la* Almirante, destilado pela fina ciência do pensamento naval: a democracia a ser salva da democracia; a liberdade a precisar de ser restringida para ser mantida; o presidente a ser independente, mas activo; a política a não poder ser partidária, salvo quando o presidente decide que pode.

Posto isto, para arrematar a tessitura, a inevitável conclusão: em duas singelas tábuas do *Expresso*, tivestes a pureza dos grandes tratados filosóficos, a clareza dos manuais de navegação e a força das frases esculpidas em bronze — tudo em concentrado. E nos próximos meses, nos anos seguintes e nas décadas e séculos vindouros, os ensinamentos do Almirante dos Sete Egoceanos serão entoados com a reverência de máximas imortais, repetidas com solenidade e acolhidas com o fervor reservado aos dogmas supremos, como versículos inquestionáveis das *Scripturae Sanctae* da Razão Impecável.

Superado o espanto, estátuas serão erguidas, cátedras inauguradas, medalhão serão cunhadas, feriados decretados, e talvez — se o zelo for suficiente — ainda testemunhareis em vida o primeiro evangelho apócrifo da Nova Ordem Estratégica Naval, no qual, entre parábolas de tempestades e calmarias, o Almirante revelará o Quarto Segredo de Fátima.

E, *depois do Almirante* — isto é, *d.A.* —, a retórica jamais precisará de ideias; a erudição medir-se-á em *clichés*; e a profundidade política será tão rasa quanto um lago de três palmos.

Para que tudo isto se cumpra, bastará que, na vindoura campanha presidencial, Gouveia e Melo persuada os eleitores de que não há arte mais eficaz na política do que o uso cerimonioso, empolado e estrategicamente coreografado do perigoso nada.

Adeus, e um piparote.

Brás Cubas

